Processo T-39/90 R

Samenwerkende Elektriciteits-produktiebedrijven NV contra Comissão das Comunidades Europeias

Despacho do presidente do Tribunal da Primeira Instância de 21 de Novembro de 1990 650

Sumário do despacho

Processo de medidas provisórias — Suspensão da execução — Condições de concessão — Prejuízo grave e irreparável — Decisão da Comissão, adoptada nas termos do artigo 11.º, n.º 3, do Regulamento n.º 17, que impõe a transmissão de um documento (Regulamento Processual, artigo 83.º, n.º 2)

O Tribunal não pode dar provimento a um pedido apresentado por uma empresa e destinado a que seja suspensa a execução de uma decisão da Comissão adoptada, para a aplicação das normas de concorrência do Tratado, nos termos do artigo 11.º, n.º 3, do Regulamento n.º 17, e impondo-lhe a transmissão de um documento, comportando a referida decisão, na opinião da requerente, o risco de os governos dos Estados-membros, informados pelas autoridades

competentes referidas nos artigos 10.º e 20.º do regulamento citado, conhecerem elementos cobertos pelo segredo dos negócios, que poderiam utilizar em seu detrimento. Com efeito, ao fazê-lo, o Tribunal faria um julgamento prévio de uma futura violação, pelas referidas autoridades competentes, das obrigações que lhes impõe o referido artigo 20.º em matéria de segredo profissional.